

LEI Nº 3.582, de 28 DE ABRIL DE 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE
POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA NAS OBRAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CAMPO LARGO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, ESTADO DO PARANÁ,
APROVOU, e eu, Prefeito do Município, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Campo Largo, a Política de
Transparência as Obras Públicas Municipais.

Art. 2º São objetivos da política instituída por esta Lei:

I. estabelecer uma relação de cunho cooperativo entre a administração
pública e o cidadão;

II. disponibilizarão cidadão informações consolidadas a respeito de todas as
obras públicas que tenha o Município como contratante;

III. garantir ao cidadão as informações necessárias para que possa exercer
seu direito de fiscalização do gasto público.

IV.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, os órgãos e entidades da Administração
Pública Municipal, direta e indireta, deverão disponibilizar informações claras e de fácil
entendimento sobre todas as obras públicas por eles contratadas.

§1º. Para atender ao disposto no caput deste artigo, as informações deverão
ser veiculadas na página eletrônica oficial da Prefeitura de Campo Largo e deverão
contemplar:

I. nome e número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ, da
empresa responsável pela obra;

- II. finalidade da obra;
- III. data de início e previsão de término da obra;
- IV. fases de execução da obra;
- V. cronograma físico-financeiro da obra;
- VI. valor já despendido na obra
- VII. resumo do impacto ambiental da obra;
- VIII. número do contrato da obra;
- IX. valor total do contrato e dos aditivos da obra, quando houver;
- X. datas de prorrogações da obra e nova previsão de entrega, quando houver;
- XI. estágio em que a obra se encontra, em números absolutos e em percentuais;
- XII. informar se a obra é oriunda de projeto do orçamento participativo;
- XIII. informar se a obra recebeu ou receberá transferência financeira de outros órgãos ou empresas privadas.

§2º Na hipótese de modificação do escopo ou de ampliação da obra, deverão ser apresentadas as justificativas pertinentes e os números de todos os Termos Aditivos celebrados.

§3º Deverá a municipalidade manter periodicamente atualizadas as informações referentes às obras no máximo a cada 90 dias.

Art. 4º. Nos casos em que as obras a que se refere o caput do art. 3º desta Lei, estiverem interrompidas por mais de 30 (trinta) dias, os órgãos e entidades deverão disponibilizar as seguintes informações:

- I. o tempo de interrupção da obra;
- II. os motivos que determinaram a interrupção da obra e as medidas que estão sendo tomadas para a sua retomada;
- III. o percentual executado do cronograma da obra interrompida;
- IV. a data prevista para o reinício da obra e para a sua conclusão.





Art. 5º Em caso de cancelamento do contrato ou da execução da obra, deverá constar a justificativa do motivo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 28 de abril de 2023.



MAURÍCIO RIVABEM
Prefeito Municipal